

PIONEIRISMOS, ATIVISMOS E (RE)INVENÇÕES

Entrevista com Berenice Bento

Por Tarcisio Dunga Pinheiro

Doutorando em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

tarccisio@gmail.com

Quem tateia os meandros inerentes às experiências trans no Brasil encontra no arcabouço teórico de Berenice Bento uma contribuição indelével para essa incursão. No decorrer dessa entrevista – e isso já foi salientado noutras oportunidades (PADILHA E FACIOLI, 2015; TEIXEIRA, 2016), vislumbraremos que adjetivos como “pioneira” ou “divisora de águas” não são aceitos pela autora sem um tensionamento prévio. É fato, entretanto, que a articulação entre um novo corpo teórico (teoria *queer*) e um campo igualmente novo (transexualidade) provavelmente não havia sido percebida no âmbito das Ciências Sociais e dos estudos de gênero tupiniquins em nenhum outro momento que antecederesse a defesa da tese de doutorado da socióloga, no ano de 2003.

Essas informações não eram novas para mim quando, no ano de 2014, ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS-UFRN. O que eu ainda não sabia e tenho compreendido nesses últimos quase quatro anos de orientações, reuniões de grupo de pesquisa, aulas na pós-graduação ou, até mesmo, em conversas informais regadas a café, é que o trabalho empreendido pela autora alicerça um leque de possibilidades denominado por ela como intelectual militância ou militância intelectual, abeberando-se nos pressupostos de Florestan Fernandes (1994).

O cerne dessa conversa possui como fulcro uma visão panorâmica da maneira como as noções de ‘militância’ e ‘trabalho intelectual’ interpelam a(s) agenda(s) de trabalho da teórica. Para isso, foram elencadas algumas das chaves interpretativas que compuseram e têm composto sua trajetória nos últimos anos (noção de transfeminicídio; militância pelas causas da Palestina; incorporação das novas produções da filósofa Judith Butler às suas pesquisas mais recentes; importância da realização do Primeiro Seminário Internacional Desfazendo Gênero, em 2013).

Nosso bate-papo ocorreu no dia 03 de maio de 2017, na casa de Berenice, em Natal, Rio Grande do Norte. Enfatizo minha gratidão à disponibilidade e ao modo aprazível que foi desprendido para a construção dessa entrevista.

Equatorial: A primeira edição do livro *A reinvenção do corpo* completou 10 anos em 2016 e, conseqüentemente, sua tese 13 anos. Por mais que eu tentasse iniciar essa entrevista de outro modo, seria incoerente não destacar que sua obra é um divisor de águas para os estudos de gênero e sexualidade no Brasil, com destaque substancial às experiências trans*. Em qual momento da pesquisa você se deu conta que ela poderia tomar essa dimensão?

Berenice Bento: Em nenhum momento. Nunca. Na verdade, nem sei que dimensão é essa que se fala. Outro dia, escutei que eu faço parte do mainstream dos estudos queer (risos). Aquilo me provocou muita graça porque eu não faço a menor ideia de como o que escrevo circula. O que eu tinha e sentia no período da escrita da minha tese, para ser sincera, era medo de escrever aquilo que eu estava vendo e pesquisando. Eu sabia que teria que enfrentar uma banca e eu estava articulando um corpo novo (estudos queer) e um campo também novo (pessoas transexuais). Não sabia como seriam as leituras da banca. Já conhecia as hierarquias de um departamento que já havia me proporcionando alguns sentimentos de desqualificação da minha pesquisa. A minha dissertação foi sobre masculinidades, e escutar feministas afirmando que aquilo que estava pesquisando não era gênero não foi uma experiência muito inspiradora. Dias antes da defesa, eu fui tomada por um medo terrível porque eu tinha muito receio de não ser aprovada. Depois, a tese se transformou em livro e as pessoas, principalmente ativistas do movimento

trans, começaram a falar que se sentiam contempladas porque viam coisas inovadoras, que nunca haviam sido ditas, que nunca tinham sido pensadas. Sem dúvida, o movimento trans entendeu e passou a citar minha tese muito rapidamente e foi lá que encontrei e encontro o melhor lugar para conversar e aprender. Na academia, isso foi mais lento. Então, respondendo a sua pergunta, eu não sei em que momento isso aconteceu. E não é retórica. O que eu sempre soube, e isso está lá nas primeiras páginas do meu livro, é que eu queria fazer um texto que contribuísse para a humanização das pessoas que viviam as experiências transexuais e que o livro contribuísse para a despatologização. Uma outra coisa que eu ouvi recentemente foi que durante muito tempo eu fui a porta-voz das pessoas trans. Onde eu fui porta-voz? Quando eu fui porta-voz? Quando eu reivindiquei essa demanda de representação? Nunca. Na verdade, eu mal me represento, visto que sou completamente despossuída de mim mesma, nos termos propostos por Judith Butler e Athena Athanasiou (2013). A minha única reivindicação é pelo meu direito à precariedade existencial. Como uma criatura que nem sabe o que é “uma mulher” pode ousar representar outras pessoas? Pois é, eu não faço a menor ideia do que seja “uma mulher”. Eu posso dissertar sobre os jogos de verdade que definem o que é uma mulher produzidos pelas necrobiopolíticas dos Estados, mas ao fazer esta análise eu não estou propondo uma outra verdade, não estou inserindo-me numa economia discursiva da “verdadeira mulher”. Falar dos jogos é inseri-me, ao contrário, nos fluxos discursivos da diferença.

Uma pequena nota sobre o conceito de necrobiopoder: não é espaço para desenvolvê-lo aqui, mas acho que não são dois conceitos separados, necropoder (MBEMBE, 2011) e biopoder (FOUCAULT, 1979; 2005; 2015). A história dos Estados assentada na eliminação de certas populações – necropoder - e na promoção/cuidado da vida de outras - biopoder. Daí, portanto, eu sugiro um terceiro conceito: necrobiopoder.

Então, o que está claro para mim, é que eu escrevo e tento manter uma escrita não domesticada. Nos últimos anos, acho que minha escrita tem se transformado consideravelmente. Te dou um exemplo. Há algum tempo sinto um profundo incômodo com a noção de “sororidade”. Atualmente, tenho definido-a como um mito perverso que apaga as diferenças e as rela-

ções de poder que existem no campo interno do feminino. Eu acredito que o mito da sororidade, nas lutas e disputas políticas que nós fazemos, é tão nefasto quanto o mito da democracia racial. Porque trabalha com um tipo de noção de espécie (nós, mulheres). O que me causa estranhamento é que ouço a ideia de sororidade vindo geralmente de mulheres brancas. Portanto, se você me perguntar se eu teria coragem de dizer isso há dez anos atrás, eu afirmo que não teria. Pode ser considerado medo? Sim, talvez seja medo levando em consideração as estruturas de poder da universidade e as hegemônias dentro do feminismo. Talvez este seja o maior ganho que tive nos últimos anos: não ter medo de divergir e, quando não estou segura de alguma posição ou conceito, afirmar: preciso pensar mais, ler mais, escutar mais.

E: Aproveitando que você tocou no assunto do seu campo de pesquisa, em diversas oportunidades você reiterou que seu encontro com o pensamento de Judith Butler foi fundamental para a construção da sua pesquisa de doutorado. Após a defesa da sua tese, Butler publicou uma quantidade significativa de livros como: *Vida precária* (2006), *Quadros de guerra* (2016), *Relatar a si mesmo* (2015). Como você tem abordado em suas pesquisas atuais essas novas contribuições teórico-conceituais da filósofa?

BB: Butler, para mim, é inspiração na veia. Quando falo em inspiração, não quero dizer que necessariamente concordo com tudo que ela escreve. Vou te dar um exemplo de algo que ocorreu comigo em sala de aula há poucos dias. Na ocasião, enquanto discutíamos performance e fazíamos exercício de tatear e tencionar alguns conceitos, uma aluna brilhante pontuou que a noção de performance vale muito para as questões de gênero e, utilizando a própria experiência, ela destacou que era negra e não via como falar de “performatividade racializada”. Até que em um determinado momento ela me falou: “Berenice, eu não quero que essas questões te constriam”. E eu destaquei que ela não estava me constriando. Ao contrário, ela estava usando literalmente o espaço da sala de aula para o que se deve fazer: problematizar, questionar, colocar em suspensão coisas que parecem imutáveis, trazer questões novas. Ela estava inspirando a aula. E Butler é uma das pessoas que me inspiram profundamente. Eu fiz duas viagens à Palestina, ao total foram 65 dias. Con-

fesso que retornei apaixonada pelas questões da Palestina e pelo povo palestino. E tenho feito uma imersão em leituras e em conversas com ativistas que estão engajados na luta em defesa da autodeterminação do povo palestino.

Retornando a Butler, uma judia, pertencente a uma família que sai da Europa e vai para os Estados Unidos. Ela tem sido uma das minhas fontes neste novo campo de estudos e ativismo em que estou conectada. Uma das coisas mais injustas que escutei acerca das contribuições teóricas da filósofa ocorreu na segunda edição do Seminário Internacional Desfazendo Gênero quando, após a fala da própria Butler, uma estudante fez uma ponderação afirmando que ela não toca na questão da raça. Ora, um dos pontos de divergências que a filósofa tem, o sionismo, é justamente porque esta ideologia é racista. As denúncias e reflexões que Butler tem realizado contra as políticas racistas, de apartheid do Estado de Israel contra o povo palestino, tem lhe custado (imaginem!) a pecha de antissemita. O corpus teórico que Butler vem construindo ao longo de últimos 30 anos articula conceitos como vulnerabilidade, precariedade, vida precária, a relação entre luto e vidas que valem mais, reconhecimento. Além dos conceitos que formam sua teoria de gênero (performatividade, normas de gênero, inteligibilidade). Esta teoria é revolucionária porque vai no coração (ou no cérebro) do que se define como homem e mulher de verdade. Pessoalmente, eu tive experiências de leitura com os textos da Butler que me marcaram profundamente. Eu lembro que quando estava fazendo minha pesquisa de doutorado encontrei o livro *Problemas de Gênero* (2010). Que desespero lê-la. Entendi tão pouco. Lia, parava, relia. Eram verdadeiros duelos, lutas mentais. Fui ler Monique Wittig (1997; 2001) e tantos outros teóricos e tantas outras teóricas que ela também duelava no seu texto. Foi um dos livros mais importantes em minha vida.

Mas há outras aproximações com a obra de Butler. Vou citar um episódio. Eu tinha acabado de assistir ao documentário do Vagner Almeida (2004), onde ele descreve os rituais de mortes das travestis numa cidade chamada Austin, próxima a Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Eu fiquei dias com as falas e as cenas do documentário me comendo por dentro. Dias depois, eu li o livro *Vida precária: el poder del duelo y la violencia* (2006). Ele me ajudou a entender a natureza das mortes. É como se ele estivesse falando das

mortes das travestis do documentário. Butler afirmará aquilo que imaginamos ser o mais privado na vida do indivíduo, o choro pela perda de alguém é, na verdade, totalmente social. Como você chora e por quem você chora revela as vidas que são importantes. E, como sabemos, quase ninguém chora pelas travestis, são mortes que não são passíveis de luto. Talvez “autoajuda” não seja uma boa palavra, mas, entender os sentidos da ação me ajuda e me mover no mundo, pensando suas misérias e como é possível contribuir para as mudanças. Agora, faço este mesmo movimento em relação às atrocidades cometidas pelo Estado de Israel contra os/as palestinos/as. A pergunta que fica é: o que faz com que um ser humano não reconheça absolutamente nada nesse outro corpo que permita um nível de comunicabilidade entre essas duas substâncias materiais, entre esses dois corpos? Então, para mim, como havia mencionado, Butler é uma das forças teóricas que me constituem.

E: Por falar em pesquisas mais recentes, entre os anos de 2013 e 2014 você realizou um pós-doutorado nos Estados Unidos. No período, você pôde desenvolver alguns apontamentos em concomitância com a pesquisa *Gênero: uma categoria cultural ou diagnóstica?* que havia sido iniciada em 2011. Comente como foi a experiência.

BB: Eu fui para os Estados Unidos com alguns objetivos. Um deles era estudar inglês e fazer essa pesquisa que foi realizada, basicamente, em análise de arquivos. Eu buscava pensar o seguinte: já que temos um produto final em nossas mãos, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM 5, eu queria entender qual a história e a trajetória do documento. Quando comecei a pesquisa, me surpreendi com a dimensão da produção textual sobre os gêneros dissidentes. Nós nunca havíamos tido em toda a história dos DSMs uma proliferação de vozes, não somente e exclusivamente na psiquiatria e na medicina. Afinal, a discussão central girava em torno de questionar o que é gênero. Por isso que sempre me interessa pensar as questões das travestilidades, transexualidades, transgenereidades, crosdresser, drag queens, drag kings e toda a multiplicidade de experiências dos trânsitos de gênero. Porque a dúvida central sempre retorna ao questionamento do que, de fato, é gênero. Dependendo de como você responde ou compreende o

que são as masculinidades e as feminilidades, ou dependendo de como você compreende a relação entre as masculinidades e as feminilidades com o corpo sexual, com a diferença sexual, você dará explicações diferenciadas. Noutras palavras, o fundamental é o conceito de gênero. O meu interesse em pensar essas relações está situado na prerrogativa de que elas produzem efeitos políticos diferentes. Desse modo, esse pós-doutorado foi muito enriquecedor por me fazer refletir sobre as experiências dos corpos e dos trânsitos entre os gêneros num contexto completamente neoliberal, onde as transições corporais, os acessos aos hormônios e às cirurgias se dão num âmbito bastante diferente do nosso. Eu participei, por escolha, de algumas reuniões de coletivos que se localizavam no Queens, um bairro mais proletário. Deu para notar uma grande quantidade de latinos e latinas nas reuniões e foi muito interessante porque dava para perceber como os corpos reconstruídos nos gêneros (o volume dos seios, as cores, os cabelos, a maquiagem) tinham as marcas culturais (assim como meu próprio corpo estava marcado por estes registros regionais). Outra coisa que pude analisar foi que as mulheres trans latinas possuíam formas corporais mais volumosas, usavam uma maior quantidade de silicone, usavam muitos adereços e acessórios. Isso é interessante para se pensar como num contexto onde existe uma multiplicidade considerável de culturas, a cidade de Nova Iorque, havia uma ressonância direta de como os corpos são marcados. Ou seja, falar em gênero num contexto universalizante de masculinidade e feminilidades não diz nada porque gênero é prática e esses corpos praticavam o gênero de maneiras diferentes. Se os gêneros são praticados de formas diferenciadas, é fundamental conhecer e problematizar o contexto histórico, social, político e econômico desses locais e, sobretudo, como eles leem as masculinidades e as feminilidades. Portanto, foi um período muito rico de reflexões, de leituras, de encontros e de problematizações.

E: Ainda em 2013, foi publicada a quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5, um documento da Associação Norte-americana de Psiquiatria - APA. Você tem feito alguns apontamentos acerca desse documento, mais especificamente do capítulo que trata da Disforia de Gênero. Qual seu posicionamento com relação a esse Manual?

BB: Desde o período da escrita da minha tese de doutorado, eu dedico algum esforço para entender esse documento, problematizando a importância dele, o local onde ele foi escrito, suas limitações e potências. Durante essa trajetória foi ficando cada vez mais nítido qual a função desse Manual. Na minha tese, eu analisei três documentos que são as referências de cuidado para a saúde de pessoas trans: o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM, o Standard of Care – SOC e o Código Internacional de Doenças – CID. Alguns anos após a defesa da minha tese, começou a campanha mundial pela despatologização das identidades trans, onde o foco estava mais centralizado nas premissas do CID. Para os Estados-Nação este documento é o mais importante, uma vez que é preciso uma adesão oficial à Organização Mundial de Saúde (OMS), responsável pela publicação/revisão do CID. O que me impressionou, durante o período que fiz minha pesquisa de pós-doutorado, foi perceber que algumas/alguns ativistas bastante respeitadas/respeitados no contexto nova-iorquino não conheciam a Campanha Stop Trans Pathologization. Embora eu soubesse que nos Grupos de Trabalhos que discutiam a revisão do DSM-4-TR para o DSM-5 não havia a presença de pessoas trans, me assustou perceber que não havia a repercussão que eu imaginava. Mas, respondendo a seu questionamento, eu queria fazer uma genealogia para compreender, por exemplo, algumas mudanças que aconteceram no decorrer das versões do DSM. Eu queria compreender, por exemplo, o motivo da mudança dos termos ‘transtorno de identidade de gênero’, presente no DSM-4-TR, para ‘disforia de gênero’, no DSM-5. Se você analisar essas duas versões, concluirá que os critérios diagnósticos mudam, mas não muito; verá que a ideia de ‘comorbidade’ que, até o DSM-4-TR, não aparecia com tanta pujança, passa a figurar constantemente no DSM-5; perceberá que o conceito de gênero aparece pela primeira vez na primeira página do capítulo. Quando eu fui estudar a composição do Grupo de Trabalho, percebi, sem muita surpresa, uma hegemonia de psiquiatras na fomentação desse documento. Sem muitas surpresas, descobri, também, que a língua majoritária era o inglês. O que me causou surpresa foi ler o artigo assinado por membros do GT, *Memo outlining evidence for change for gender identity disorder in the DSM-5* (ZUCKER et al, 2013). Nele, há a explicitação das razões científicas das mudanças, por exemplo, a adoção de “disforia de gêne-

ro” e o abandono de “transtorno de identidade de gênero”. Constatei que o nível de endogamia interna da comunidade envolvida na produção do novo capítulo era profundo. Quase uma família (risos). Uma prova disso é que as referências bibliográficas possuem cerca de cento e vinte cinco textos citados, sendo quase 70% de artigos escritos pelos membros do GT. Eu sugiro a leitura do meu artigo Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica (BENTO, 2016), onde faço esta genealogia. Então, o que ocorre de fato é uma grande disputa de poder dos grupos que dominam, controlam e definem os critérios da disforia de gênero no mundo. Eu enviei um email para todos os membros que fazem parte do Grupo de Trabalho pedindo que eles me explicassem como funcionava a agenda de trabalho do GT e as repostas foram interessantes. A quase totalidade dos membros me respondeu: “Eu não tenho essa informação. Fale com o Zucker”. Zucker era o presidente do GT, o que tinha maior número de obras citadas do artigo Memo outlining evidence for change for gender identity disorder in the DSM-5 (cerca de 50%), e foi o presidente da 4a. Revisão do DSM nas questões referentes à transexualidade e intersexualidade. O DSM-5 não é um assunto de ciência e sim de política. Ele se move de acordo com os interesses empresariais, das corporações profissionais e editoriais (a APA ganha milhões de dólares com os direitos autorais dos DSMs). Um dos efeitos mais perversos do DSM-5, ao se fantasiar de “texto científico”, é universalizar verdades interessadas e locais sobre corpo, sexualidade, desejo e gênero. Encaixa-se, portanto, em uma das formas mais sofisticadas de colonização: a científica. É um reduzido grupo que vai dizer para o resto do mundo o que é gênero e quem são os normais e quem são os anormais. Quem são os disfóricos e quem são os não disfóricos de gênero.

E: Voltando a falar da Reinvenção do corpo (2006), algumas das colaboradoras da minha pesquisa de mestrado (PINHEIRO, 2016) relataram que seu livro serviu de embasamento teórico em seus processos de requalificação civil. Como você lida com esses exemplos que configuram um resultado direto da sua pesquisa na vida cotidiana de pessoas trans*?

BB: Acabei de ler um livro de um historiador israelense chamado Ilan Pappé e, num determinado momento do texto, ele relata que seu desejo era que,

ao publicar o livro *A limpeza étnica da Palestina* (2016), os crimes contra o povo palestino saíssem da caracterização de um suposto crime contra a humanidade e passassem a caracterizar crimes contra a humanidade de fato. E se alguém, depois de ler aquele livro continua afirmando que o Estado de Israel não é resultado de uma limpeza étnica tem algum problema ético sério. Então, isso demonstra a força de uma pesquisa, uma arma potente que nos dá instrumentos de luta. Portanto, se você me fala que para suas colaboradoras de pesquisa meu livro foi importante na construção dos processos jurídicos, isso é muito bom. Esse tipo de depoimento me dá força e inspiração enquanto pesquisadora/ativista. Fico feliz. O que sei é que a questão do engajamento já está presente em tudo que escrevo e eu acho que isso está a cada dia mais forte nos meus textos.

E: Você organizou a primeira edição do Seminário Internacional Desfazendo Gênero, ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 2013, cujo eixo discursivo central estava focado nas temáticas inerentes às experiências trans. Qual o balanço que você faz do valor simbólico desse evento para os estudos de gênero e sexualidade no Brasil?

BB: Estou nesse campo já faz algum tempo, mas eu precisava participar de outras experiências. Fui dois anos secretária geral da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (2008-2010), organizei e participei de muitos outros eventos locais organizados pelo Richard Miskolci, Larissa Pelúcio, Leandro Colling. Muita gente e muitas universidades já vinham discutindo essa questão das dissidências sexuais e de sexualidade. O que me parece que há de mais interessante na proposta do Desfazendo Gênero é a discussão da questão dessas temáticas numa perspectiva queer, transviada. Não nos interessava, quando nós construímos o evento, pensar a ideia de um gênero cristalizado. Sobre a edição ocorrida em Natal, foi um ano inteiro dedicado à realização do evento, desde conseguir grana, batendo de porta em porta nas pró-reitorias, até a parte mais operacional. Houve pouquíssima adesão das feministas da universidade. E não foi por falta de convite ou por falta de pedidos de contribuição de ideias. Era falta de interesse mesmo. Falta de interesse na proposta teórica do evento. Nós queríamos pensar as diferenças e borrar as fronteiras entre academia e ativismos. Queríamos trabalhar as multiplicidades e cons-

truir um espaço onde as questões das masculinidades, feminilidades, homossexualidades, heterossexualidades e, principalmente, que as experiências trans fossem colocadas como questões centrais. E tinha um outro fato fundamental que era uma disputa de geopolítica. Há um cansaço de saber que quase todos os grandes eventos relacionados às temáticas em voga eram (e ainda são) realizados no eixo sul-sudeste. Aliás, faz algum tempo que venho pontuando que essa precisa ser uma disputa constante na academia. É necessário falar claramente que nós que não pertencemos às regiões sul e sudeste, somos o Oriente do Brasil. Existe, sim, um orientalismo nacional. Nós vimos isso de forma escancarada nas eleições que elegeram a Dilma, como o ódio ao Norte e ao Nordeste é impressionante e na questão da política científica no Brasil isso aparece de maneira manifesta. Assim sendo, fazer um evento desse porte no Nordeste foi uma aposta que deu certo, porque toda vez que se tem um evento desses numa universidade você aglutina pessoas, forma pesquisadores/as, cria campos de tensão e reflexão. Em 2015, o evento ocorreu em Salvador e foi incrível como Leandro Colling e os membros do CUS – Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade, da Universidade Federal da Bahia, organizaram o evento. Em 2017, o Desfazendo será realizado em Campina Grande e cabe salientar que o trabalho que está sendo feito sob coordenação da professora Jusara Carneiro é de uma beleza e de um cuidado admirável com as discussões locais, com os debates inclusivos com mães de santos e pais de santos, com as demandas locais das corporeidades. Certamente será um belíssimo evento.

E: Você acabou de fazer menção ao II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, organizado por Leandro Colling, no ano de 2015. O evento originou uma coletânea também organizada por Leandro Colling (2016) e nela há um capítulo de sua autoria denominado 'Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência' (2016), onde tece algumas inferências acerca dos assassinatos de travestis, mulheres trans e mulheres transexuais no Brasil. Aliás, foi em 2013 que você cunhou o termo 'transfeminicídio' para se referir aos crimes dessa natureza. Quais fatores lhe levaram a se debruçar sobre essa temática e em que consiste o transfeminicídio?

BB: Eu não sei como surge um conceito. O que é transfeminicídio?

Transfeminicídio é a violência de gênero contra as pessoas trans. Mas a violência de gênero já demarca um campo de disputa que não é o campo da sexualidade. Isso significa dizer que inserir essas mortes no computo geral da violência contra os LGBTQTTs não diz nada acerca da tipificação dessa violência. Se você ler artigos que escrevi, perceberá que eu já vinha discutindo há algum tempo que a natureza da violência contra as pessoas trans é motivada pelo gênero, já que são os corpos que estão no mundo público performatizando gêneros. Por que se um cara é gay e ele não ‘dá pinta’, o que normalmente é dito? “Eu não tenho nenhum problema contra gay, desde que ele se comporte direito”. O que isso quer dizer? O que é “comportar-se direito”? É não poluir a cena pública misturando gêneros e não demonstrando afetos. Por isso que afirmo que a discussão central está calcada no gênero e não apenas e/ou somente na sexualidade das vítimas. Para exemplificar como surgem as ideias de conceitos, posso citar um que tenho proposto que é o de ‘redwashing’. O Estado de Israel possui vários dispositivos discursivos para dizer que é um país democrático, que lá existe democracia para LGBTQTTs, que existe democracia para as mulheres. Todo o Estado aciona seus dispositivos discursivos para ficar “bem na fita” diante da comunidade internacional e ocultar os crimes que comete. No Brasil, como nós conhecemos muito bem, há também um mito reiteradamente repetido que consiste na ideia de existência de uma democracia racial. Mas, na questão especificamente de Israel, existe gente de esquerda que defende que aquilo é uma democracia. Ou seja, utilizam uma retórica da esquerda para limpar e esconder os crimes de Israel. Em que momento apareceu o conceito de ‘redwashing’? Quando eu estava diante de uma senhora israelense que defendia com profundo fervor os direitos dos “coitadinhos” palestinos. Inclusive, ela afirmou que tinha uma empregada palestina e que lhe pagava rigorosamente todos os direitos. No momento em que eu pergunto a ela o que que ela achava do retorno dos palestinos que foram expulsos de suas casas, que tiveram suas casas roubadas desde 1948, ela me disse ser contra. Portanto, ela era uma pessoa que estava com um discurso que, aparentemente, era semelhante ao meu, mas, na verdade, o pressuposto era garantir a reprodução do poder do Estado de Israel. Ela era uma adepta do ‘redwhasing’. Sendo assim, os conceitos “dispositivo da transexualidade” (presente na minha tese de doutorado), ‘transfeminicídio’ e ‘redwashing’ servem para ligar pontos

aparentemente dispersos, conferir sentido a ações que têm pontos de apego.

E: Em algumas ocasiões, você se apresentou como intelectual militante ou militante intelectual, valendo-se dos termos de Florestan Fernandes (1994). Atualmente, você tem militado pelas causas do povo palestino, inclusive esteve na Palestina recentemente. Como foi/tem sido essa experiência?

BB: Assim que eu voltei da minha experiência na palestina, escrevi um artigo que consistiu num relato de viagem cujo intuito era o de problematizar o mito da democracia israelense. Israel se constitui através de três grandes mitos: 1) o lema de que não tinha ninguém lá e eles chegaram e povoaram uma terra sem povo, 2) o mito que Israel é um Estado democrático e 3) que, em 1967, o Estado israelense estava sob ameaça dos países árabes. Quando eu voltei de viagem, tive a sensação física e psíquica de que eu estava vindo de uma ditadura e, nesse meu relato, tento explicar o que é entrar e estar em Israel. Destaco como é impactante conviver em uma cidade completamente ocupada, onde em cada esquina você se depara com uma presença violenta do exército de Israel. No meu planejamento inicial, previa ficar em Israel durante três meses, mas não suportei. Fiquei apenas quarenta e cinco dias, metade do tempo previsto. Então, como é lidar com isso? Eu venho de uma história de ativismos desde a luta contra a ditadura. Comecei a fazer política muito cedo, com quatorze anos, e isso é algo que está arraigado em mim. Mas, mesmo assim, ainda me assusto, sinto meus nervos tremerem diante de cenas de violência e agressão. E isso era esfregado na minha cara a todo momento em Jerusalém Oriental ocupada pela arrogância dos soldados israelenses. Numa linha de raciocínio semelhante a de Ilan Pappé, eu me pergunto cotidianamente como se produz a desumanização do outro a ponto do Ministro falar que os palestinos são “baratas”. A ponto de um militar ou outra patente do Estado falar que a solução para parar os soldados palestinos é estuprar as irmãs ou a mãe.

E: Estamos vivendo tempos temerosos no Brasil, sobretudo no que tange ao retrocesso de algumas conquistas sociais. Qual o balanço que você, enquanto cientista social, faz desse contexto e quais as consequên-

cias dessa conjuntura para os estudos de gênero e sexualidade no Brasil?

BB: Eu vejo que esses são momentos muito difíceis no Brasil. Vejo, em contrapartida, um momento fundamental para a prática da resistência. Tenho visto um ativismo tão potente dos feminismos, vejo, por exemplo, dois homens de mãos dadas tendo consciência de que esse ato configura resistência política. Eu acho que a sociedade brasileira está mudando muito rapidamente e isso fica claro na sala de aula. Observo pessoas que estão discutindo teoria, estão praticando ativismo na universidade, um ativismo diferente da minha época. Não é mais uma universidade de um coletivo, de um partido político. Você observa múltiplos coletivos em torno de questões identitárias, onde não existe só um coletivo feminista e sim vários coletivos feministas. O que eu acho é que nós temos modelos de movimentos sociais que estão em um nível de rizoma impressionante. Há uma pluralidade de rizomas políticos despontando. Está claro que sofremos um golpe jurídico-parlamentar, mas antes do golpe nós vivíamos uma democracia? O que que é democracia? O que é um Estado de direito democrático? A cada dia que passa, tenho a sensação de que essa noção de democracia representativa que crescemos ouvindo falar é completamente falida. Quando você vê o que são as favelas, o que são as periferias, o que são os presídios, como é a relação com as populações indígenas, os massacres, todas essas instituições fazem refletir acerca de qual o real sentido de uma democracia. Diariamente, você abre o jornal e se depara com adolescentes exterminados, criança executadas por balas perdidas nas favelas cariocas. Portanto, eu não sei te responder com a mesma competência que as minhas e os meus colegas da sociologia têm para fazer grandes análises sociológicas. O que posso fazer é buscar pistas, analisar os rastros. Eu vejo a universidade, que é meu local de trabalho, muito melhor do que na minha época de estudante. Tenho visto estudantes trazendo questões que antes eram absolutamente invisibilizadas na minha época de graduação. Eu nunca li um autor negro durante minha formação e hoje tenho estudantes negras/negros que questionam: “Professora, cadê as feministas negras?”, e isso é substancial no processo de formação individual e coletiva. Eu tenho enxergado uma universidade que tem saído de uma discussão mais ampla e indo para uma discussão mais local, tenho observado meus colegas professores morrendo

de medo de perder o poder e serem questionados pelos estudantes. E isso é necessário e totalmente legítimo no processo de questionamento dos parâmetros que formam a democracia. Mas a universidade também precisa fazer sua “pequena” revolução. As estruturas de poder não são democráticas para toda a comunidade. Maio de 1968 ainda não chegou às universidades brasileiras. E não esperem que chegará por nós, professores/as, hoje membros da classe média e preocupados em manter ou aumentar seus salários.

Referências

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. *Revista direito e práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, pp. 496-536, 2016.

_____. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro. *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: Edufba, 2016. p. 43-68.

BORBOLETAS da vida. Direção de Vagner Almeida. Rio de Janeiro: ABIA, 2004, 38min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tsLOF-tyuO1g>, acesso 08 mai. 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Quadros de Guerra: quando a vida a passível de luto?* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidoz, 2006.

_____; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.

COLLING, Leandro. *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: Edufba, 2016.

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, pp. 123-138, dez. 1994. Disponível em:

- (<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9686>). Acesso em: 29 mai. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica/Sobre el gobierno privado indirecto*. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina, 2011.
- PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao Sul do Equador. *Áskesis*, São Paulo, v. 1, n. 4, pp. 143-155, jan/jun, 2015. Disponível em: <http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/61>. Acesso em: 20 mai. 2017.
- PAPPÉ, Ilan. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2016.
- PINHEIRO, Tarcisio. Entre Elas: Políticas Públicas e Cidadania de Travestis e Mulheres Transexuais de uma ONG em Natal/RN. 2016. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.
- TEIXEIRA, Flavia. (Re)encontrando Berenice Bento: uma década de afeições. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 48, pp. 321-329, nov. 2016. Disponível em: (<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647584/15161>). Acesso em: 29 mai. 2017.
- WITTIG, Monique. *El cuerpo lesbiano*. Valencia: Pre-textos, 1977.
- _____. *La pensée straight*. Paris: Éditions Balland, 2001.
- ZUCKER, Kenneth *et al.* Memo outlining evidence for change for gender identity disorder in the DSM-5. *Archives of Sexual Behavior*, 42, pp. 901-14, 2013.